

JUPROGRAMAÇÃO ACADÊMICA 2026/01

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL - TEORIA E PRÁTICA

O Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil tem por eixo temático o Código de Processo Civil em vigor e as inovações trazidas em relação à tutela jurisdicional e o processo, aprofundando o conhecimento jurídico na perspectiva teórico e prática. A grade curricular segue o percurso da metodologia constitucional observada pelo novo CPC. Em paralelo, são mantidos os fundamentos referentes ao acesso à ordem jurídica justa, o devido processo legal, a celeridade processual e os fins práticos voltados à eficácia da prestação jurisdicional e concretização da justiça social.

- **COORDENAÇÃO:** Professora Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira – Doutora em Direito pela PUC/SP;
- **INÍCIO:** 24 de abril de 2026;
- **CARGA HORÁRIA:** 360 horas/aula, divididas em 20 disciplinas e atividades extracurriculares.

PÚBLICO ALVO

Profissionais da área do direito e áreas afins, diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam as exigências das instituições.

DIFERENCIAL FESMP/MT

- Reconhecida tradição na capacitação da comunidade jurídica matogrossense, retratada no desempenho profissional de vários ex-alunos;
- Qualidade dos cursos, sendo as aulas semipresenciais (12 disciplinas presenciais e 08 em formato à distância ao vivo conforme calendário abaixo) com professores doutores, pós-doutores e mestres, em sua grande maioria, com reconhecida experiência e competência;
- Portal do aluno para acompanhamento acadêmico;
- Horário de aulas diferenciado: de 01 a 02 fins de semana/mês (conforme calendário), às sextas-feiras das 18:30h às 23:15h, sábados das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00 (O horário a partir das 16h é destinado para realização da avaliação);
- Amplo estacionamento com vigia uniformizado;

- Respeito às regras de acessibilidade.

VALOR DO INVESTIMENTO

- **Taxa de matrícula:** R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- **Público Geral:** 20 parcelas de R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais), pagamento a vista ou em 02 (duas) vezes acumula 10% de desconto;
- **CONVÊNIOS INSTITUCIONAIS E CORPORATIVOS**
Condições especiais para advogados, empresas e instituições que investem em qualificação. Consulte-nos para mais informações.
- Opções de pagamento: boleto bancário, cartões de débito e crédito (pagamento por cartão terá acréscimo das taxas da operadora).

CRONOGRAMA DAS AULAS / MÓDULOS

1. TEORIA GERAL DO PROCESSO: COMPETÊNCIA E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

Parte Geral do CPC. Princípios Constitucionais e Legais. Interpretação da norma processual na atualidade. Competência. Cooperação no CPC: análise de conjunto. Da Intervenção de Terceiros.

Aulas nos dias: 24 e 25/04/2026 – remoto online

Prof. Dr. Fábio Caldas de Araújo

Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa sob a orientação do prof. Dr. Menezes Cordeiro. Doutor em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Professor da Especialização da PUC/SP e da Especialização da UNIPAR e UEL. Professor do Curso de Mestrado da Unipar. Autor de diversas obras e artigos em revistas especializadas com concentração em Processo Civil e Direito Civil.

2. PROCESSO DE CONHECIMENTO – PROCEDIMENTO COMUM: FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

Causas de formação, suspensão e extinção do processo de conhecimento. Consequências práticas aplicadas. Balizamento do processo civil pelos direitos fundamentais, em especial, o direito fundamental ao processo justo. Análise jurisprudencial.

Aulas nos dias: 15 e 16/05/2026 – presencial

Prof. Dr. Guilherme Tanger Jardim

Doutor em Direito pela Università degli studi di Roma Tre. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público e da UniRitter - Laureate International Universities. Professor convidado das universidades de Burgos (Espanha), UNIVA (México) e Lisboa (Portugal). Advogado.

3. PROCESSO DE CONHECIMENTO: PROVAS E MEIOS DE PRODUÇÃO

Princípios fundamentais da prova cível no CPC/2015. Teoria Geral. Fato e Verdade. Direito à prova. Produção antecipada sem urgência. Protagonismo Instrutório. Prova emprestada. Distribuição estática e dinâmica do ônus da prova. Valoração da prova. Ata notarial. Provas em espécie (típicas e atípicas).

Aulas nos dias: 29 e 30/05/2026 – presencial

Prof. Dr. William Santos Ferreira

Doutor e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor nos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Coordenador da área de Contencioso Judicial e Arbitral da Especialização em Direito Imobiliário da PUC-SP/COGEAE. Autor de obras e artigos científicos. Consultor Jurídico e Advogado.

4. TUTELA PROVISÓRIA NO CPC

Tutela provisória. Tutela de urgência: tutela antecipada e tutela cautelar. Tutela antecipada antecedente. Estabilização da tutela antecipada antecedente. Tutela cautelar antecedente. Tutela da evidência. Execução da tutela provisória e responsabilidade. Tutela provisória recursal. Análise jurisprudencial e estudo de casos.

Aulas nos dias: 12 e 13/06/2026 – remoto online

Prof. Dr. Igor Raatz dos Santos

Pós-doutor em Direito sob a supervisão do professor Lenio Luiz Streck junto ao PPGD da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2017). Doutor em Direito (2016) e Mestre em Direito pela mesma instituição (2010-2011). Especialista em Direito Processual Civil pela Academia Brasileira de Direito Processual Civil - ABDPC (2007-2008). Graduado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (2007). Membro do IIDP - Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal. Membro da ABDpro - Associação Brasileira de Direito Processual. Professor do curso de graduação em Direito da Universidade FEEVALE. Professor em cursos de pós-graduação na área de direito processual civil e direito civil na IMED-Passo Fundo, PUCRS, UNIVATES, UNOESC, UNOCHAPECO, UNISC, UNIFRA e EMES - Escola da Magistratura do Espírito Santo. Professor visitante da UNISINOS e do Ministério Público do RS. Autor de artigos em revistas nacionais. Autor dos livros "Uma Teoria do Processo sem Processo? A formação da "teoria geral do processo" sob a ótica do garantismo processual" (2021), "Autonomia Privada e Processo Civil" (publicado em 2017, com 2ª ed. em 2019) e "Tutelas Provisórias no Processo Civil brasileiro" (publicado em 2018). Advogado militante no Estado do Rio Grande do Sul. Sócio-fundador do escritório Raatz & Anchieta Advocacia.

5. TUTELA JURISDICIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS

Considerações introdutórias sobre direitos humanos e fundamentais no novo constitucionalismo; a nova *summa divisio* constitucionalizada no Brasil (Título II, Capítulo I, da CR/1988 – direitos e deveres individuais e coletivos) e o princípio constitucional da prevenção geral como diretrizes importantes para a compreensão do direito fundamental à tutela jurídica adequada; a tutela jurídica, jurisdicional e extrajurisdicional, à luz do acesso à justiça como método de pensamento; a tutela jurisdicional e a importância do controle de constitucionalidade na proteção das normas sobre direitos humanos e fundamentais; a tutela jurisdicional dos direitos ou interesses coletivos, amplamente considerados, na

condição de direitos fundamentais; aspectos pontuais sobre a tutela jurisdicional dos Direitos Humanos e Fundamentais no Código de Processo Civil de 2015.

Aulas nos dias: 03 e 04/07/2026 – remoto online

Prof. Dr. Camilo Zufelato

Doutor em Direito Processual pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Mestre em Master Universitario II Livello - Università degli Studi di Roma Tor Vergata. Professor de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

6. PROCESSO DE CONHECIMENTO: SENTENÇA E COISA JULGADA

Evolução ideológica do direito processual civil. Estrutura do procedimento e considerações acerca dos aspectos relevantes na perspectiva da razoável duração do processo. Sentença. Coisa julgada.

Aulas nos dias: 17 e 18/07/2026 – presencial

Prof. Dr. Antonio Veloso Peleja Júnior

Doutor em Direito Processual Civil pela PUC - SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015-2018). Mestre em Direito Processual pela UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012-2013). Professor de Direito na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Juiz-membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (2017-2019). Juiz auxiliar - Corregedoria Geral da Justiça - TJMT - ano de 2011 (nov.) a 2012 (out.) e biênios 2013-2014 e 2015-2016. Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MT (2019). Membro do corpo docente da ESMAGIS - Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso. Membro do corpo docente da Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso. Diretor de Ensino e Diretor de Pesquisa da Escola da Magistratura Mato-grossense (2014-2016) e Diretor de Pesquisa da mesma instituição (2017-2018).

7. PROCESSO CONSTITUCIONAL: GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO E AÇÕES CONSTITUCIONAIS

Processo Constitucional e Princípios Constitucionais Processuais no CPC. Direito de Ação e Petição. Ações Constitucionais. Mandado de Segurança Individual. Mandado de Segurança Coletivo I. Mandado de Injunção e a lei nº 13.300/16. O Direito de Propriedade como Direito Fundamental e a proteção por meio das Ações Petitórias e Possessórias. Ações de Controle Concentrado e o papel de estabilização do Precedente.

Aulas nos dias: 31/07 e 01/08/2026 – presencial

Prof. Dr. Fábio Caldas de Araújo

Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa sob a orientação do prof. Dr. Menezes Cordeiro. Doutor em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Professor da Especialização da PUC/SP e da Especialização da UNIPAR e UEL. Professor do Curso de Mestrado da Unipar. Autor de diversas obras e artigos em revistas especializadas com concentração em Processo Civil e Direito Civil.

8. COMPLIANCE NO JUDICIÁRIO

Processo Cooperativo: os princípios da cooperação e do acesso à justiça. Resgate histórico do compliance. Compliance no Brasil: Programa Efetivo e Cultura de Integridade. Crise do Processo, Ruptura Metodológica e o Deslocamento em Direção aos Paradigmas do Novo

Contexto Jurídico, Econômico e Social. Interação com terceiros e *Due Diligence*. Compliance como procedimento para resolução de conflitos de interesses. Cidadania e Compliance na efetivação dos direitos fundamentais. Análise Econômica do Direito e o custo e os benefícios do Compliance.

Aulas nos dias: 14 e 15/08/2026 – remoto online

Profa. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira

Doutora em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP. Professora Permanente do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito na Universidade de Marília – UNIMAR. Professora Permanente do Programa de Mestrado em Direito Processual e Cidadania da Universidade Paranaense - UNIPAR. Professora da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso – FESMP. Autora de obras e artigos jurídicos. Advogada.

9. MODELO CONSTITUCIONAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Aulas nos dias: 28 e 29/08/2026 – presencial

Prof. Dr. Cássio Scarpinella Bueno

Doutor em Direito das Relações Sociais e Livre-Docente em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Faculdade de Direito da PUC-SP, ministrando aulas nos cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado. Diretor de Relações Institucionais e membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual, membro do Instituto Iberoamericano de Direito Processual e membro da Associação Internacional de Direito Processual.

10. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Modelo constitucional do direito processual civil. Código de Processo Civil de 2015: notas do processo legislativo e sobre competência legislativa (art. 22, I, e art. 24, XI, da Constituição Federal). Organização estrutural do CPC de 2015. Procedimentos especiais e tutela jurisdicional diferenciada: teoria geral. A relatividade da “divisão” entre jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária. A relatividade da “divisão” entre os procedimentos especiais e os “procedimentos cautelares específicos” do CPC de 1973 e as escolhas feitas pelo CPC de 2015. Terminologia empregada. Análise dos procedimentos especiais do CPC de 2015. Contraste com a disciplina dada ao tema pelo CPC de 1973. Aplicações do CPC de 2015 aos procedimentos especiais disciplinados pela legislação extravagante.

Aulas nos dias: 11 e 12/09/2026 – remoto online

Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga

Advogado e Professor. Doutor em Direito Processual Civil pela PUC/SP (2020). Pós-doutorando pela USP. Membro titular efetivo, cadeira n. 32, da Academia de Letras de Londrina. Mestre em Direito pela UEL (linha de Processo Civil). Pós-graduado em Processo Civil pelo IDCC (2009). Pós-graduado em Filosofia Jurídica e Política pela UEL (2011). Foi aluno especial no Mestrado em Filosofia pela UEL (2011) e Letras pela UEL. Foi Coordenador e fundador da Comissão de Processo Civil da OAB/Londrina. É Coordenador da Comissão de Processo Constitucional da OAB/Londrina. Foi coordenador da pós-graduação em Processo Civil do IDCC Londrina (2018/2022). É membro do IBPD (Instituto brasileiro de processo civil). É membro da IPDP (Instituto Paranaense de Direito Processual). É membro da IAP (Instituto dos Advogados do Paraná). Conselheiro da OAB Londrina/PR. Editor chefe da Editora Thoth.

11. NEGÓCIO PROCESSUAL, GESTÃO DO PROCESSO E OS MEIOS DIGITAIS: MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM NO CPC

Releitura dos Institutos Fundamentais do Processo. O Acesso à Adequada Tutela Jurisdicional. Negócio Jurídico Processual: Autorregramento Processual e Cooperação das Partes. Análise Crítica dos resultados obtidos por meio do Negócio Jurídico Processual na atualidade. Mediação e Arbitragem. Conceito. Distinções. Princípios Informativos. Procedimento. Mediadores. Árbitros.

Aulas nos dias: 25 e 26/09/2026 – presencial

Prof. Dr. Caio Márcio Loureiro

Doutor em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em Interesses Difusos e Coletivos pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo. Especialista em Direito Processual Civil pela Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha” (Univem). Especialista em Direito Ambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professor da Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso. Promotor de Justiça no Estado de Mato Grosso.

12. TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL

Teoria geral das ações de execução: análise crítica. Princípios fundamentais da execução. Espécies de ações executivas. Requisitos da execução.

Aulas nos dias: 16 e 17/10/2026 – remoto online

Prof. Dr. Luiz Alberto Pereira Ribeiro

Doutor em Direito pela PUC-PR. Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina. Professor Adjunto do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) - Campus Londrina, Professor Adjunto do Departamento de Direito Público da Universidade Estadual de Londrina. Professor convidado de Mestrado em Direito Negocial da UEL. Advogado.

13. PROCESSO DE EXECUÇÃO: PARTE ESPECIAL

Execução por Quantia Certa contra devedor solvente: penhora, avaliação, expropriação e procedimentos. Execução de Obrigação de Fazer e Não Fazer: a fixação das astreintes e procedimento. Execução de Obrigação de Dar: procedimento. Defesas do devedor e de terceiros: objeção de executividade; exceção de executividade; impugnação ao cumprimento de sentença; embargos do devedor e de terceiro; embargos à arrematação e embargos à adjudicação.

Aulas nos dias: 06 e 07/11/2026 – presencial

Prof. Dr. Ferdinando Scremin Neto

Pós-doutorando em Direito Empresarial (UNICURITIBA). Doutor em Direito Empresarial (UNINOVE, 2024). Doutor em Função Social do Direito (FADISP, 2025). Pós-graduado em direito aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná (2004), tendo sido laureado. Mestre em Direito Processual e Cidadania (UNIPAR, 2022). Professor do Qconcursos e do curso DAMASIO. Professor da EMAP - Escola da Magistratura do Paraná e da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso (FESMP/MT). Professor de pós-graduação lato sensu da PUCPR. Professor do curso de Direito da Universidade Paranaense (graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* - Mestrado). Foi Técnico Judiciário da Justiça Federal no Paraná entre 2004 e 2006, Analista Processual do MPU (2006-2007), Delegado de

Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso (2007-2008), Juiz de Direito em Alagoas (2008-2014). Atualmente é Juiz de Direito no Estado do Paraná. Autor de artigos jurídicos publicados em obras coletivas junto à editora Juruá, DPlácido e LEX Editora S/A. Autor de livros na área de Processo Civil e Direito Administrativo publicados pelas editoras Revista dos Tribunais, RIDEEL e DIALÉTICA. Instagram: @prof_ferdinandoscremin

14. SISTEMA RECURSAL E TEORIA GERAL DOS RECURSOS

Recurso. Conceito. Princípios. Duplo Grau de Jurisdição. Pressupostos. Finalidade. Essência. Requisitos de Admissibilidade - requisitos intrínsecos e requisitos extrínsecos. A Impugnação das Decisões Judiciais. Recursos e Negócio Jurídico. Renúncia e Desistência. A Importância Constitucional dos Recursos. Recursos no Novo CPC. O Julgamento dos Recursos nos Tribunais. Efeitos.

Aulas nos dias: 27 e 28/11/2026 - presencial

Prof. Dr. Artur Cesar de Souza

Doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Doutorando em Filosofia pela Universidade de Barcelona. Mestre em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina. Pós-doutor pelas seguintes universidades: Università Statale di Milano; Universidad de Valência; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Permanente do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito na Universidade de Marília – UNIMAR. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Atualmente é juiz federal - Seção Judiciária do Paraná. Autor obras e artigos jurídicos.

15. SISTEMA COLETIVO BRASILEIRO

Analisar o Sistema Único de Ações Coletivas do Brasil e os seus pontos de convergência e de divergência com o Direito Processual Civil Brasileiro de natureza individual, como elemento essencial para a análise e estudo dos direitos difusos e seus instrumentos de proteção. Verificar ainda quais os impactos no NCPC nos Processos Coletivos.

Aulas nos dias: 12 e 13/02/2027 – presencial

Prof. Dr. Ferdinando Scremin Neto

16. HERMENÊUTICA PROCESSUAL

Hermenêutica Constitucional. A Interpretação conforme a Constituição. Hermenêutica e Processo. Interpretação das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais. Os novos cânones hermenêuticos processuais: integridade e coerência. Análise de casos concretos.

Aulas nos dias: 26 e 27/02/2027 – remoto online

Profa. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira

Doutora em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP. Professora Permanente do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito na Universidade de Marília – UNIMAR. Professora Permanente do Programa de Mestrado em Direito Processual e Cidadania da Universidade Paranaense - UNIPAR. Professora da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso – FESMP. Autora de obras e artigos jurídicos. Advogada.

17. AÇÕES COLETIVAS: RELEVÂNCIA E TRANSFORMAÇÕES

Elementos fundamentais do processo. Princípios processuais constitucionais do Processo Coletivo. Evolução da teoria processual coletiva no direito estrangeiro e no direito pátrio.

Aspectos práticos do processo coletivo no Brasil e tratamento específico dos elementos diferenciadores do processo coletivo e individual com ênfase para o acesso à justiça como direito fundamental.

Aulas nos dias: 12 e 13/03/2027 – presencial

Prof. Dr. Eduardo Calmon de Almeida Cezar

Graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie (2001), Mestrado (2017) e Doutorado (2021) em Direito do Estado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo. Atualmente é Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Coordenador do Curso Oficial de Formação Inicial de Magistrados (biênio 2021/2022). Professor de direito administrativo da Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV), da UFMT e da ESMAGIS (Escola Superior da Magistratura). Professor em cursos preparatórios para concursos públicos do CERS e da EMAM. Professor da pós-graduação em Direito Administrativo e Processo Administrativo da ESMAGIS e da Faculdade Prime. Foi diretor da Escola da Magistratura de Mato Grosso (EMAM), biênio (2019-2020). Aprovado em 1 lugar para o cargo de professor de direito do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT-2019). Foi Juiz Substituto no Estado de São Paulo (2004), Promotor de Justiça no Estado de Sergipe (2003/2004) e Defensor Público no Distrito Federal (2003). Foi aprovado e nomeado no concurso de Juiz Federal Substituto da 3 Região (2011). Juiz Auxiliar da CGJ/MT (2021-2022). Autor de Livros.

18. METODOLOGIA DO ENSINO JURÍDICO E TECNOLOGIA

Ensino jurídico no Brasil. A crise do ensino jurídico: limites e possibilidades. Metodologia do ensino jurídico na pós-modernidade. A constitucionalização do direito e o ensino jurídico. Questão nuclear da qualidade do ensino jurídico no país. Métodos de ensino em Direito e a problematização: articulação entre teoria e prática. Práxis pedagógicas e ensino jurídico participativo. Ensinar e os recursos tecnológicos. O Ensino Jurídico do Direito Processual Civil.

Aulas nos dias: 02 e 03/04/2027 – presencial

Profa. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira

Doutora em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP. Professora Permanente do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito na Universidade de Marília – UNIMAR. Professora Permanente do Programa de Mestrado em Direito Processual e Cidadania da Universidade Paranaense - UNIPAR. Professora da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso – FESMP. Autora de obras e artigos jurídicos. Advogada.

19. RECURSOS EM ESPÉCIE

Analisar as principais alterações no Sistema Recursal Brasileiro decorrentes do Código de Processo Civil de 2015, bem como estudar os diversos institutos Sistema Recursal Brasileiro, de natureza ordinária.

Aulas nos dias: 16 e 17/04/2027 – remoto online

Prof. Dr. Celso Hiroshi Locohama

Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Umuarama (1989), mestrado em Direito das Relações Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (1996), doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001), especialização em Docência do Ensino Superior pela Universidade Paranaense (2003) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2011). É professor da Graduação em Direito

(Unidade de Umuarama, Paraná) desde 1991 e do Programa de Mestrado em Direito Processual e Cidadania da Universidade Paranaense desde 2002. Advogado desde 1990.

20. PRECEDENTES JUDICIAIS E A *RATIO DECIDENDI*: FORMAÇÃO, APLICAÇÃO E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

Histórico. A Justiça em números. O papel dos Precedentes no novo CPC. Civil Law e Common Law. Direito Comparado. O novo papel da Jurisprudência dos Tribunais Superiores. A força vinculativa dos precedentes. Teoria Geral do Direito - Precedente: Contextualização; Formação; Gestão (Resoluções n. 160/2012 - NURER e 235/2016 – NUGEP, ambas do CNJ); Alteração; Superação; Distinção; e Extensão. Meios de impugnação. Uniformização: vertical e horizontal. Gradações de vinculatividade: Vinculação Forte (Reclamação, art. 988, CPC); Vinculação média (v.g.: poderes do relator, art. 932, IV, a, CPC); e Vinculação fraca. Sistematização de Precedentes: *Retrospective overruling* (efeitos ex tunc) e *prospective overruling* (efeitos ex nunc); Modelos de inserção dos precedentes: Elenco do art. 927 do CPC; Especificidades: RRC (Seleção de RRC, art. 1036; Afetação do tema – art. 1037; Instrução, art. 1038; Decisão do RRC, art. 1038; Eficácia, arts. 1039/1041); IRDR; IAC; e Repercussão Geral (Instrumento de Vinculação Formal; Corte Julgadora, Corte Aplicadora e a Dialética entre Cortes). Delimitação de Funcionalidade: Vícios de Motivação da sentença (art. 489 do CPC).

Aulas nos dias: 07 e 08/05/2027 – presencial

Profa. Dra. Amini Haddad Campos - confirmar

Doutora em Direito (Processual Civil) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Direito - Direitos Humanos pela Universidad Católica de Santa Fe - Argentina. Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica-RJ. Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. É Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso. Professora e Orientadora de Cursos de Pós-Graduação. Palestrante na temática de Direitos Humanos, Gênero e Sistemas de Justiça. É Professora-Coordenadora do Núcleo Vulnerabilidades/FD-UFMT.